

Orçamento do Estado para 2007 – Alterações Fiscais

Assunto: **Orçamento do Estado para 2007 – Alterações Fiscais**

Com a entrada em vigor, em **2007/01/01**, do Orçamento do Estado para 2007 (Lei 53 - A/2006, de 29 de Dezembro (abreviadamente, '**OE 2007**') publicada no Diário da República, 1ª Série, nº 249, do dia 29 de Dezembro de 2006, foram introduzidas diversas alterações em sede de legislação tributária.

Passamos, assim, a destacar, de forma sucinta, as alterações que poderão assumir maior impacto ao nível dos procedimentos diários das diversas Instituições Financeiras, dando particular enfoque às que possam ter aplicação nas relações comerciais com os Clientes que sejam sujeitos passivos de IRC.

O presente documento não pretende esgotar todas as alterações fiscais constantes do OE 2007, mas apenas resumir aquelas que deverão assumir relevância ao nível das Instituições Financeiras, pelo que, o presente documento não dispensa a consulta do diploma legal.

1. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

Lucros e Directiva «Mães e Filhas» (art. 14º, CIRC)

O OE 2007 veio prever uma redução de 20% para **15%**, da percentagem mínima de participação exigível para efeitos de isenção de IRC dos lucros colocados à disposição de entidades residentes na União Europeia, ao abrigo da Directiva «Mães e Filhas».

Lucros e Confederação Suíça (art. 14º, CIRC)

Introduziu-se um regime de isenção de retenção na fonte, idêntico ao existente no âmbito da Directiva «Mães e Filhas», relativamente a lucros distribuídos a sociedades residentes na Confederação Suíça, sendo neste caso exigido que: **(i)** a sociedade beneficiária dos lucros tenha uma participação mínima directa de 25% no capital da sociedade que distribui os lucros; **(ii)** que essa participação exista há, pelo menos, dois anos, **(iii)** que, nos termos das convenções destinadas a evitar a dupla tributação celebradas por Portugal e pela Suíça com quaisquer Estados terceiros, nenhuma das entidades tenha residência fiscal nesse Estado terceiro, e **(iv)** que ambas as entidades estejam sujeitas a imposto sobre o rendimento sem beneficiarem de uma qualquer isenção e ambas revistam a forma de sociedade de responsabilidade limitada.

De salientar que este regime de isenção já se aplica desde 2005, esclarecendo-se agora o **tipo de prova** exigível para efeitos de aplicação da isenção.

Provisões Fiscalmente Dedutíveis (art. 34º e 35º-A, do CIRC)

As provisões impostas pela disciplina do Banco de Portugal e do Instituto dos Seguros de Portugal fiscalmente aceites passam a encontrar-se tipificadas no Código do IRC, sendo que o Código determina os moldes em que essas provisões podem ser aceites fiscalmente.

Assim, são fiscalmente aceites as seguintes provisões:

- a) Banco de Portugal
 - Provisões destinadas à cobertura do risco específico de crédito;
 - Provisões para risco-país;
 - Provisões para menos-valias de títulos da carteira de negociação;
 - Provisões para menos-valias de outras aplicações.
- b) Instituto de Seguros de Portugal
 - Provisões técnicas;
 - Provisões para prémios por cobrar constituídas obrigatoriamente, por força de normas emanadas do ISP, de carácter genérico e abstracto.

Por outro lado, o Código do IRC passa ainda a definir em que moldes essas provisões podem ser aceites fiscalmente. A título exemplificativo e pela sua relevância, destaca-se o facto de as provisões destinadas à **cobertura do risco específico de crédito** e as provisões para **risco-país** passarem a *não* ser aceites fiscalmente, ainda que não ultrapassem os limites mínimos obrigatórios impostos pelo Banco de Portugal, quando correspondam, entre outras, a:

- Créditos em que o Estado, Regiões Autónomas, autarquias e outras entidades públicas tenham prestado aval;
- Créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis;
- Créditos garantidos por contratos de seguro de crédito ou caução, com excepção da importância correspondente à percentagem do descoberto obrigatório;
- Créditos que não resultem da *actividade normal* das instituições.

O OE 2007 prevê ainda uma norma transitória para os montantes de provisões existentes a 1 de Janeiro de 2007 que, à luz das regras introduzidas pelo artigo 35º-A do Código do IRC, deixam de ser aceites fiscalmente.

Para esses montantes de provisões, a referida norma transitória prevê que não seja aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 34º do Código do IRC, que implicaria a respectiva consideração como proveitos do exercício, estabelecendo antes que não poderão ser aceites como custo fiscal dotações para reforço de provisões enquanto aqueles limites se encontrarem excedidos, por força das novas regras.

Realizações de Utilidade Social (art. 40º, CIRC)

O OE 2007 passou a prever a possibilidade de as empresas deduzirem, como Realizações de Utilidade Social, as contribuições efectuadas com Planos que garantam **benefícios de saúde pós-emprego** a favor dos trabalhadores, alargando-se, assim, os benefícios actualmente aceites (reforma, pré-reforma, complemento de reforma, invalidez ou sobrevivência), com efeitos retroactivos a 01.01.2006.

A título de exemplo, e no caso concreto da Banca, as contribuições efectuadas para o SAMS passam a ser também fiscalmente dedutíveis, ao abrigo do art.º 40º do Código do IRC, na parte correspondente a benefícios pós-emprego dos trabalhadores.

Eliminação da Dupla Tributação Económica de Lucros Distribuídos (art. 46º, CIRC)

É estendido o regime de **dedução parcial de apenas 50%** dos lucros distribuídos aos casos em que, não se verificando os pressupostos do n.º1 do art.º 46º do Código do IRC, esses lucros sejam distribuídos por entidade residente em outro Estado-membro da União Europeia que cumpra os requisitos da Directiva «Mães-Filhas» (nomeadamente, tratar-se de uma entidade que revista uma das formas enumeradas no anexo à referida Directiva, que esteja sujeita a tributação, sem possibilidade de opção e sem deles estar isenta, a um imposto sobre os respectivos lucros).

Foi **revogada a norma anti-abuso** introduzida pelo OE 2005 (cfr. anterior n.º 10 do art.º 46º), a qual previa a não aplicação do regime de eliminação da dupla tributação económica, quando se verificasse a existência de abuso de formas jurídicas dirigido à redução, eliminação ou diferimento temporal de impostos.

Esta norma é, contudo, substituída por outra, com um âmbito menos abrangente, a qual dispõe que a dedução relativa ao art.º 46º do Código do IRC é reduzida a 50% quando os rendimentos provenham de lucros que não tenham sido sujeitos a tributação efectiva, excepto quando o beneficiário seja uma SGPS.

Dispensa de retenção na fonte (art. 90º, CIRC)

Os lucros de que sejam titulares instituições financeiras deixam de beneficiar da dispensa de retenção na fonte prevista para os rendimentos de capitais auferidos por estas instituições. No entanto, podem naturalmente estar dispensados de retenção na fonte quando estejam verificados os requisitos para a eliminação da dupla tributação económica, previstos no n.º 1 do art. 46º do CIRC (vide supra).

IAS / IFRS – Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA)

O OE 2007 vem consagrar uma autorização legislativa no âmbito da qual o Governo fica autorizado a alterar o Código do IRC no sentido de proceder à adaptação das regras de determinação do lucro tributável das empresas às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC).

Deste modo, no caso das Empresas de Seguros, as mesmas deverão continuar a manter a sua contabilidade organizada de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (**PCES**), nomeadamente para efeitos do apuramento do respectivo resultado tributável, sendo a relevância fiscal das NIC diferida para 2008, tal como sucede, em regra, para os restantes sectores de actividade.

Contudo, no caso concreto das Instituições Financeiras sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, que se encontrem obrigadas a elaborar as suas contas individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), o OE para 2007 vem introduzir duas alterações importantes que cumpre destacar:

- a) Alteração do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 35/2005, no sentido de dispensar (com efeitos a 01/01/06) da obrigação de manter a contabilidade organizada de acordo com a normalização contabilística nacional (**PSCB**) as Instituições Financeiras sujeitas à supervisão do Banco de Portugal e que estejam obrigadas a elaborar as suas contas individuais em conformidade com as NCA;
- b) Aceitação das contas individuais elaboradas em conformidade com as NCA, nomeadamente para efeitos do apuramento do lucro tributável, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006, ficando as mesmas sujeitas a um conjunto de ajustamentos estabelecidos no OE 2007 enquanto não forem introduzidos no Código do IRC as necessárias adaptações às NIC.

No que respeita ao último ponto, relativo à aceitação das contas individuais em NCA, os ajustamentos preconizados no OE 2007 vão implicar a consideração de dois tipos de situações, já no apuramento da estimativa de IRC relativa a 2006, que importa destacar:

- (i) Situações em que o OE 2007 estabelece ajustamentos fiscais às contas em NCA, por exemplo, aceitação fiscal, em determinadas circunstâncias, de ganhos e perdas potenciais associados a derivados;
- (ii) Situações em que às variações patrimoniais decorrentes da transição do PSCB para as NCA deva ser dada relevância fiscal (por exemplo, no caso de alteração do critério de valorimetria dos activos e passivos financeiros de custo histórico para *mark-to-market*, os resultados potenciais poderem ser fiscalmente elegíveis).

As situações previstas na alínea (i) acima corresponderão a ajustamentos à base contabilística e pretenderão, *grosso modo*, reflectir fiscalmente os impactos que ocorreriam caso as contas fossem elaboradas em conformidade com o PCSB.

No caso das situações previstas na alínea (ii), o OE 2007 estabelece que esse reconhecimento fiscal deva ocorrer, em partes iguais, no decorrer de 2006 e dos 4 exercícios seguintes.

De salientar ainda que tanto as situações identificadas em (i) como em (ii) serão susceptíveis de originar o registo de impostos diferidos.

Liquidação de sociedades (art. 73º, CIRC)

É reduzido de três para dois anos o período de liquidação das sociedades para efeitos fiscais.

2. IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Emissão de Facturas (art. 39º, CIVA)

A emissão de facturas passa a ser obrigatória sempre que seja solicitada (ainda que se trate de retalhistas ou prestadores de serviços que beneficiem de dispensa), bem como sempre que a transmissão de bens ou prestação de serviços tenha como destinatário um sujeito passivo de IVA.

Regularização de IVA liquidado a favor do sujeito passivo (art. 71º, CIVA)

É alargado o prazo de regularização do imposto a favor do sujeito passivo para dois anos, e sem qualquer penalidade, sempre que se trate de facturas inexactas.

Em termos de créditos considerados incobráveis, o OE veio clarificar a possibilidade de regularização do IVA, em sede de processo de execução, após prova do registo de suspensão de instância, por falta de bens penhoráveis.

Transmissões e serviços gratuitos sem IVA

O OE 2007 exclui, expressamente, do âmbito de incidência de IVA as transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas, a título gratuito, pelas entidades a quem sejam concedidos donativos, quando o valor não ultrapassar, no conjunto, o valor de 5% do montante recebido.

3. IMPOSTO DO SELO

O OE 2007 veio determinar, que aquando da celebração de **contratos de trabalho**, o encargo do imposto de selo incidente sobre o escrito que titule o contrato (€ 5) é suportado pelo empregador (o que significa que deverá ser considerado um custo do empregador, para efeitos fiscais).

4. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE OS IMÓVEIS (IMI)

Determinação do Valor Patrimonial Tributário (arts. 39º e seguintes, CIMI)

O Código do IMI vem introduzir maior detalhe ao nível dos critérios majorativos e minorativos a ter em conta na aplicação de cada um dos coeficientes relevantes na

determinação do Valor Patrimonial Tributário (VPT) dos imóveis localizados em Portugal. De salientar que estas novas regras se aplicam apenas a partir de 01/07/2007.

Taxas - Imóveis que sejam propriedade de entidades “Off-Shore” (art. 112º, CIMI)

É reduzida de 5% para 1% ou 2% a taxa de IMI aplicável quando o imóvel seja detido por entidade situada em paraíso fiscal, consoante o mesmo esteja ocupado ou devoluto, respectivamente.

5. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT)

IMT nos actos de dação em cumprimento (art. 8º, CIMT)

No caso da aquisição de imóveis (que não sejam exclusivamente destinados a habitação) por instituições de crédito, que derivem de actos de dação em cumprimento, a isenção de IMT passa a estar condicionada ao cumprimento do período temporal de 1 ano, entre a primeira falta de pagamento e o recurso à dação em cumprimento, e à verificação da inexistência de relações especiais entre o credor e o devedor.

O OE 2007 estabelece ainda que, se a sociedade adquirente do imóvel for dominada por uma instituição financeira, a isenção de IMT prevista no artigo 8º do CIMT apenas se mostra aplicável se a sociedade adquirente se qualificar como instituição de crédito ou sociedade financeira (para além dos condicionalismos que já resultavam da redacção anterior).

Taxas (art. 17º, CIMT)

Os escalões de IMT são actualizados em 2% (valor aproximado). Passam a existir duas tabelas distintas: uma relativa a **prédios urbanos destinados exclusivamente a habitação própria e permanente**, e outra relativa a **prédios urbanos destinados exclusivamente a habitação**.

É reduzida de 15% para 8% a taxa de IMT que se mostra devida no caso do imóvel ser detido por entidade situada em paraíso fiscal.

6. ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF)

Caducidade dos Benefícios Fiscais (art. 2º-A, EBF)

O OE 2007 veio estabelecer uma norma de acordo com a qual os benefícios fiscais previstos nas Partes II e III do EBF (i.e., benefícios fiscais com carácter estrutural e benefícios fiscais com carácter transitório), vigoram por um período de **cinco anos**, salvo quando disponham o contrário, sendo que, no entanto, deverão ser mantidos os

benefícios fiscais cujo direito tenha sido adquirido durante a vigência das normas que os consagram.

Contudo, este princípio da caducidade não se aplica aos benefícios fiscais associados a:

- Fundos de pensões (art.º 14º, EBF);
- Contribuições das contribuições das entidades patronais para regimes de segurança social (art.º 15º, EBF);
- Fundos de poupança reforma, poupança-educação e poupança reforma/educação (art.º 21º, EBF);
- Fundos de investimento (art.º 22º, EBF);
- Fundos de capital de risco (art.º 22º-A, EBF);
- Fundos de investimento em recursos florestais (art.º 22º-B, EBF);
- Isenções de IMI (art.º 40º, EBF);
- Benefícios fiscais decorrentes de relações internacionais (Capítulo V, EBF).

Fundos de Pensões e equiparáveis (art. 14º, EBF)

O OE 2007 veio reduzir o âmbito da dedução à colecta de Fundos de Pensões ou regimes equiparáveis. Apesar de ser mantida a dedução à colecta, clarifica-se que quando as contribuições são pagas e suportadas por terceiros, a referida dedução dependerá da comprovação de que as mesmas foram tributadas na esfera do sujeito passivo. Por outro lado, elimina-se a dedução à colecta nas situações em que as contribuições constituem encargo inerente à obtenção de rendimentos de Trabalho Independente.

Criação Líquida de Postos de Trabalho (art.17º, EBF)

Procedeu-se à alteração da norma do benefício da criação líquida de emprego para **jovens**, sendo de destacar a redução da idade abrangida de até 31 para até 30 anos, bem como a limitação do benefício, o qual apenas passa a poder ser concedido uma vez em relação ao mesmo trabalhador, qualquer que seja a entidade patronal. No entanto, este benefício foi alargado, na medida em que passou a abranger **desempregados de longa duração**.

Por outro lado, estabelece-se a impossibilidade de acumulação deste benefício com outros incentivos ou benefícios fiscais da mesma natureza ou incentivos de apoio ao emprego, previstos noutros diplomas, quando aplicáveis ao mesmo trabalhador ou posto de trabalho.

Fundos de Capital de Risco (art. 22º-A EBF)

Os FCR's, que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional, continuam a encontrar-se isentos de IRC relativamente aos rendimentos obtidos.

No entanto, no que respeita aos **rendimentos das respectivas UP's**, que sejam pagos ou colocados à disposição dos titulares, mediante resgate ou distribuição, passam a ficar sujeitos a tributação por **retenção na fonte**, a uma taxa de 10%, a qual reveste carácter liberatório (com opção pelo englobamento), no caso de sujeitos passivos de

IRS que obtenham os rendimentos fora do âmbito de uma actividade comercial, industrial ou agrícola e entidades não residentes (que não efectuem a prova correspondente).

Existe, contudo, uma **dispensa de retenção na fonte** relativamente a: **(i)** entidades isentas quanto aos rendimentos de capitais; e a **(ii)** entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português ao qual os rendimentos sejam imputáveis, com a exclusão de:

- Entidades residentes em territórios *off-shore*;
- Entidades não residentes detidas, directa ou indirectamente, em mais de 25% por entidades residentes.

A dispensa de retenção na fonte encontra-se dependente da prova da qualidade de não residente ou da isenção de que aproveitam, até à data em que deve ser efectuada a retenção. Não sendo feita a prova, recai sobre o substituto tributário a obrigação de entregar a totalidade do imposto que deveria ter sido deduzido nos termos da lei.

A prova da qualidade de não residente é feita nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro (Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida).

No caso de os titulares das UP's optarem pelo englobamento dos rendimentos, têm direito a deduzir 50% dos rendimentos relativos a dividendos, nos termos e condições previstos no art.º 40º-A do Código do IRS e no n.º 8 do art.º 46º do Código do IRC.

No caso de alienação das UP's por entidades não residentes que não aproveitem da isenção do art.º 26º do EBF e por sujeitos passivos de IRS residentes no território português que obtenham os rendimentos fora do âmbito de uma actividade comercial, industrial ou agrícola e não optem pelo respectivo englobamento, o saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação das UP's é tributado à taxa de 10%.

Fundos de Investimento Imobiliário em Recursos Florestais (art. 22º-B EBF)

O OE 2007 prevê o aditamento de um novo artigo ao EBF, o qual passa a estabelecer o regime fiscal aplicável aos FII's em recursos florestais.

Assim, ficam isentos de IRC os rendimentos obtidos por FII's que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional, desde que pelo menos 75% dos seus activos estejam afectos à exploração de recursos florestais e desde que a mesma esteja submetida a Planos de Gestão Florestal.

A tributação dos rendimentos obtidos pelos respectivos titulares das UP's é efectuada em moldes idênticos aos rendimentos das UP's de FCR's (vide supra).

Fundos de Investimento Imobiliário Mistos ou Fechados de Subscrição Particular (art. 46º, EBF)

Os FII's fechados de subscrição particular cujas UP's sejam detidas **por investidores não qualificados** ou **por instituições financeiras por conta daqueles** passam a não beneficiar das isenções de IMT e IMI relativas a prédios integrados na respectiva carteira, mas beneficiam de uma redução para metade das taxas de IMT e IMI aplicáveis.

De salientar que esta nova regra é aplicável aos imóveis integrados em fundos de investimento constituídos após 01.11.2006 ou que realizem aumentos de capital após essa data e, bem assim, aos imóveis integrados em fundos cujas unidades de participação eram, em 01.11.2006, detidas exclusivamente por investidores não qualificados ou por instituições financeiras por conta daqueles.

Benefícios relativos à interioridade (art. 39º -B, EBF)

O OE 2007 veio manter por mais 5 anos a possibilidade de utilização do regime da interioridade, com todos os benefícios fiscais daí resultantes. Destaca-se ainda a introdução de uma redução de taxa de IRC para 15% para entidades que se instalem de novo nas áreas beneficiárias. Em matéria de Segurança Social, a isenção de contribuições prevista para as entidades empregadoras, durante os primeiros 3 a 5 anos de contrato, é dilatada até ao final de 2010.

Mais-valias no âmbito do processo de privatização (art. 25º, EBF)

É revogada a isenção de tributação de mais-valias realizadas em processos de privatização a empresas de capitais exclusivamente públicos e a empresas que com aquelas se encontravam em relação de domínio.

Reorganização de empresas em resultado de actos de concentração ou de acordos de cooperação (art. 56º-B, EBF)

É aditado ao Estatuto dos Benefícios Fiscais um novo artigo que, em termos genéricos, vem replicar o regime do Decreto-Lei 404/90, de 21 de Dezembro, relativo à reorganização de empresas em resultado de actos de concentração ou de acordos de cooperação, e que caducava em 31 de Dezembro de 2006.

Assim, este novo artigo permite a aplicação do regime de isenções fiscais – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas (IMT), Imposto do Selo (IS) e emolumentos – estabelecido no referido Decreto-Lei, desde que cumpridos os requisitos aí previstos e que o novo artigo reproduz.

Benefícios relativos ao mecenato (arts. 56-C, 56º-D e 56º-E, EBF)

Os benefícios fiscais associados ao mecenato foram objecto de revisão, prevendo-se, nomeadamente, o afastamento da necessidade do reconhecimento prévio para a generalidade dos casos, embora a majoração dos donativos fique limitada a 0,8% do volume de negócios.

Por outro lado, prevê-se que os donativos em dinheiro de valor superior a € 200 devem ser efectuados através de meio de pagamento que permita a identificação do mecenas, designadamente transferência bancária, cheque nominativo ou débito directo.

De referir que os benefícios fiscais relativos ao Mecenato passam a constar do EBF, sendo revogado o Estatuto do Mecenato.

Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por filiais nos PALOP (art. 39º-A, EBF)

A dedução prevista no n.º 1 do artigo 46º do CIRC (dupla tributação económica) passa a ser aplicável aos lucros distribuídos a entidades residentes por sociedades afiliadas residentes em países africanos de língua oficial portuguesa, desde que a entidade beneficiária dos lucros esteja sujeita e não isenta de IRC e:

- (i) A sociedade afiliada (residente num daqueles países) esteja sujeita e não isenta a um imposto sobre o rendimento análogo ao IRC;
- (ii) A entidade beneficiária detenha, de forma directa, uma participação que represente, pelo menos, 25% do capital da sociedade afiliada durante um período não inferior a 2 anos;
- (iii) Os lucros distribuídos provenham de rendimentos da sociedade afiliada que tenham sido tributados a uma taxa não inferior a 10%;
- (iv) Os lucros não resultem de actividades meramente geradoras de rendimentos passivos, tais como rendimentos de *royalties*, rendimentos imobiliários, rendimentos de operações próprias da actividade bancária não dirigidas principalmente ao mercado angolano e rendimentos da actividade seguradora oriundos de seguros relativos a bens situados fora do território de residência da sociedade ou de seguros respeitantes a pessoas que não residam em Angola.

Obrigações Hipotecárias (Decreto-Lei n.º 59/2006, de 20 de Março)

As obrigações hipotecárias, cujo regime se encontra previsto e regulado no Decreto-Lei n.º 59/2006, de 20 de Março, passam a beneficiar das isenções de IVA e Imposto do Selo aplicáveis às operações de titularização de créditos, designadamente no que respeita às comissões pela remuneração da gestão dos créditos cedidos e à cessão dos créditos hipotecários.

Estatuto Fiscal Cooperativo (EFC)

O OE 2007 veio proceder à revogação de alguns benefícios fiscais constantes do EFC. Nesse sentido, foram eliminados os incentivos relativos aos cooperadores e os incentivos relativos à reorganização e reestruturação de cooperativas.

7. DIREITOS E GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES

Notificações (art. 45º, Lei Geral Tributária)

O OE 2007 veio estabelecer o alargamento do prazo de caducidade (quatro anos), considerando-se que as notificações sob registo são efectuadas no terceiro dia posterior ao do registo ou no primeiro dia útil seguinte a esse quando aquele dia não seja útil.

Suspensão do Prazo de Prescrição (art. 49º, Lei Geral Tributária)

O prazo de prescrição é alargado, uma vez que se elimina a salvaguarda de não haver lugar à interrupção da prescrição no caso de haver uma paragem do processo por período superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo. De salientar que esta alteração aplica-se a todos os prazos de prescrição em curso, em que ainda não tenha decorrido o período superior a um ano de paragem do processo por facto não imputável ao sujeito passivo.

Dispensa de Direito de Audição (art. 60º, LGT)

O exercício do direito de audição passa a ser dispensado sempre que a liquidação se efectue oficiosamente com base em valores objectivos previstos na lei, e tendo o contribuinte sido notificado para a apresentação da declaração em falta e não o tenha feito.

Violação do dever de possuir e movimentar contas bancárias (art. 129º Regime Geral das Infracções Tributárias)

Com o OE 2005 foi introduzida a obrigação dos contribuintes com contabilidade organizada possuírem conta bancária através da qual devem ser movimentados os pagamentos e recebimentos da actividade empresarial, bem como os pagamentos de valor igual ou superior a €7.718 através de meio que identifique o destinatário.

O OE 2007 vem agora consagrar a punição do incumprimento de tais obrigações, prevendo, nomeadamente, coimas variáveis entre €180 e €18.000, para a inexistência de conta bancária, e de €120 a €3.000, para pagamentos efectuados através de meios diferentes dos previstos na lei.

Antecipação do pagamento de coimas (art. 75º, Regime Geral das Infracções Tributárias)

O OE 2007 veio incentivar o pagamento antecipado das coimas, mecanismo que permite a redução do valor a pagar, o qual deixa de ser aplicável unicamente às infracções simples passando a valer para qualquer tipo de infracção.

8. ALTERAÇÕES À DIRECTIVA N.º 90/434/CE (“DIRECTIVA DAS FUSÕES”) – TRANSPOSIÇÃO PARA A LEI INTERNA

O OE 2007 veio finalizar, mediante alterações aos **artigos 68º, 69º, 70º e 76-Aº do Código do IRC**, a transposição da Directiva n.º 2005/19/CE, do Conselho, de 17 de Fevereiro de 2005, que alterou a Directiva n.º 90/434/CE, relativa ao regime fiscal comum aplicável às fusões, cisões, entradas de activos e permutas de acções entre sociedades de Estados membros diferentes (“Directiva das Fusões”).

Neste âmbito, entre outras, altera-se a definição dos conceitos de operação de cisão e de operação de permuta de partes sociais, bem como se clarifica o regime da neutralidade fiscal aplicável às fusões, cisões e entradas de activos

No que diz respeito ao regime da transmissibilidade dos prejuízos fiscais, alarga-se o referido regime à fusão e à cisão nos casos em que é transferido para uma sociedade residente em território português um estabelecimento estável nele situado de uma sociedade residente num Estado membro da União Europeia, que preencha as condições estabelecidas na Directiva das Fusões.

Relativamente à transferência de residência duma sociedade portuguesa para o estrangeiro, é introduzida uma norma anti-abuso, já constante do regime especial aplicável às fusões, cisões, entrada de activos e permutas de partes sociais. Assim sendo, a não aplicação do regime de determinação do lucro tributável do exercício da cessação de actividade de entidade com sede ou direcção efectiva em território português, nos casos especiais previstos no n.ºs. 2, 3 e 4 do artigo 76º-A, não deverá ter efeito sempre que se conclua que as operações abrangidas tiveram como principal objectivo ou como um dos principais objectivos a evasão fiscal.